



ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46 151 718/0001-80

OFÍCIO Nº 483/2015

em 18 de junho de 2015

ASSUNTO:- Encaminha PROJETO DE LEI.

94/15

Senhor Presidente,

Considerando que a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, comunicou a este Executivo Municipal a deliberação, que dispõe repasse de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, referentes as destinações dos contribuintes do Imposto de Renda;

considerando que o recurso daquele fundo destina-se ao apoio substantivo a Projetos voltados a Criança e ao Adolescente, aprovados pelo CMDCA em reunião do Colegiado;

considerando que cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fazer cumprir a determinações no que tange à criança e ao adolescente,

submetemos à apreciação dessa Colenda Câmara Municipal do PROJETO DE LEI que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA".

Solicitamos urgência na tramitação do Projeto de Lei, ora encaminhado, devido ao período de recesso parlamentar, durante o mês de julho, e ao fato de que no dia 27 de julho de 2015, começa a vigorar a Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, que "Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis 8.429, de 2 de junho de 1992, e





ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46 151 718/0001-80

9.790, de 23 de março de 1999". Com a vigência da nova Lei os repasses para as Organizações da Sociedade Civil só poderão acontecer mediante a realização de chamamento público.

Valemo-nos do ensejo para removar a Vossa Excelência e aos seus Pares os protestos de nossa elevada estima e mui distinto apreço.

Atenciosamente.

PEDRO FELÍCIO ESTRADA BERNABÉ
Prefeito Municipal

Ao Excelentíssimo Senhor CRISTIANO SALMEIRÃO Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de BIRIGUI



ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46 151 718/0001-80

PROJETO DE LEI 94/15

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA.

Eu, PEDRO FELÍCIO ESTRADA BERNABÉ. Prefeito

Municipal de Birigui, Estado de São Paulo, usando das atribuições que me são conferidas por Lei,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprova e eu

sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal de Birigui autorizado a realizar transferência de recursos para Entidades não Governamentais do Município, objetivando o repasse dos valores alocados no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, advindos de destinações dos contribuintes do Imposto de Renda, conforme projetos previamente aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

ART. 2°. Serão feitos repasses em forma de contribuição às seguintes entidades:

		R\$
1.	APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Birigui	23.682,24
2.	APAC - Associação de Promoção e Assistência	
	Comunitária	45.822,44
3.	Associação Maria de Nazaré	3.834,00
4.	Associação Bombeiros Voluntários Mirins e Juvenis de	
	Birigui – Bombeiro Mirim	14.832,00
5.	Casa Caminho Ave Cristo	3.690,00
6.	Instituto Empresarial de Apoio à Formação da Criança e	
	do Adolescente	155.170,27
7.	Instituto Educacional Gumercindo de Paiva Castro -	
	Polícia Mirim	2.430,00
8.	IPIS – Instituto de Promoção e Inclusão Social	7.083,00





ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46 151 718/0001-80

ART. 3º. A Prestação de Contas dos recursos repassados deverá ser apresentada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e à Prefeitura Municipal, a qual fará um exame da documentação comprobatória e a montagem do processo.

ART. 4°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua

publicação.

PEDRO FELÍCIO ESTRADA BERNABÉ
Prefeito Municipal

MARILENE GALERA BERNABÉ Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social

> EDMUR ALARINI Secretária de Finanças